



Anais da Assembléia

Nº 91

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO DE 1997.

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Alvanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spadiz; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Tachy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Tralano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 54ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 1997
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente de clara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi provada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 0681/97, do Sr. Flávio Vinícius Macedo - Coordenador Geral do Fundo Nacional de Cultura do Ministério da Cultura, comunicando convênio celebrado entre o Fundo Nacional da

Cultura e a Universidade Federal do Paraná, para realização do Projeto "Digitalização do Museu de Paranaguá", tendo em vista as atribuições fiscalizadoras dessa egrégia Casa. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/066, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 078, 079, 080, 081, 082, 083 e 084/97, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

388/95: De autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a criar um Pólo da Indústria Têxtil e da Confecção do Paraná, liderado pelo Município de Maringá, com os objetivos que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.720. **Anote-se - Arquive-se.**

159/96: De autoria do Deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar, que terá como objetivo transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.721. **Anote-se - Arquive-se.**

326/96: De autoria dos Deputados Albanor Gomes e José Maria Ferreira, que dispõe que o Poder Executivo custeará as taxas de consumo de energia elétrica e de água para Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, mantidos por Instituições Públicas de Ensino Superior, a partir de 1º de janeiro de 1997, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.722. **Anote-se - Arquive-se.**

177/97: De autoria do Deputado César Seleme, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. João José Bigarella, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.723. **Anote-se - Arquive-se.**

193/97: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Erwin Gröeger, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.724. **Anote-se - Arquive-se.**

575/96: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o NIAPA - Núcleo Integrado de Apoio e Prevenção à AIDS/DST, com sede e foro no Município de Colombo, o qual

convertido em Lei tomou o nº 11.725.
Anote-se - Arquivo-se.

087/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento da Indústria Informal de Londrina - ADIL, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.726. **Anote-se - Arquivo-se.**

048/96: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.727. **Anote-se - Arquivo-se.**

105/97: De autoria do Deputado Edson Guimarães, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no Município de Formosa do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.728. **Anote-se - Arquivo-se.**

014/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Cardiologia, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.729. **Anote-se - Arquivo-se.**

017/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Creche Sonho Meu, com sede no Município de Almirante Tamandaré e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.730. **Anote-se - Arquivo-se.**

111/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Vereadores do Vale do Ivaí, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.731. **Anote-se - Arquivo-se.**

348/96: De autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Suprema Ordem de Umbanda e Candomblé do Brasil - SOUCB, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.732. **Anote-se Arquivo-se.**

408/95: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a implantar campanhas sobre educação sexual, a serem veiculadas nos estabelecimentos de ensino estaduais de 1º e 2º graus do Estado do Pa-

raná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.733. **Anote-se - Arquivo-se.**

025/96: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que torna obrigatória a veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS para os alunos de 1º e 2º graus, no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.734. **Anote-se - Arquivo-se.**

097/96: De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Leopólis, objetivando a pavimentação asfáltica entre Leopólis e o Distrito de Jandianópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.735. **Anote-se - Arquivo-se.**

509/96: De autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação aos municípios do Estado do Paraná dos equipamentos a eles cedidos até esta data, em regime de comodato, em virtude do Programa Pró-Rural, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.736. **Anote-se - Arquivo-se.**

487/96: Do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o quadro de servidores da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.737. **Anote-se - Arquivo-se.**

Mensagens:

MENSAGEM Nº 022/97

Curitiba, 05 de junho de 1997.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, para, em conformidade com o preceito contido no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, autorização para me afastar do País, no período compreendido entre 8 e 11 do corrente mês, com destino ao Chile, a fim de, atendendo convite oficial, participar, em Santiago, do Seminário Internacional "Ciudades en el Desarrollo Nacional: Desafios de un buen Gobierno".

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Resolução nº 09/97, que susta Norma do Banco do Estado do Paraná, que veda o pagamento de água, luz, telefone, IPTU e outros impostos nos caixas do Banco a pessoas não clientes.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) BETO RICHA

REQUERIMENTO Nº 1325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 251/97, relativo à Mensagem nº 021/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 250/97, relativo à Mensagem nº 020/97, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final para o Projeto nº 202/97, aprovado em 2ª Discussão, constante da Ordem do Dia da presente Sessão, considerando que o mesmo não sofreu emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1304

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após a ouvida do Plenário, REQUER, presença em Plenário, do Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, DD. ex-Secretário de Estado dos Transportes, para prestar informações sobre declarações pelo mesmo emitidas quando da transmissão de cargo ao novo titular da pasta em questão, Secretaria de Estado dos Transportes, quando declarou, "litteris", "saio do Governo com as mãos embaraçadas. Mexi com a lama quando investiguei a falsificação de uma assinatura do Governador Jaime Lerner, lá no Porto de Paranaguá, armada para favorecer o interesse de empreiteiros".

Na oportunidade, esclarecemos que o presente requerimento se fundamenta na necessidade de esclarecimento da grave denúncia trazida a lume pelo Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, quando proferiu esta acima transcrita informação, pois encerra em seu conteúdo denúncia que exige a imediata ação desta Assembléia Legislativa, eis que a falsificação de assinatura do Exmo. Sr. Governador do Estado engendrada, segundo os termos da declaração em exame, foi de responsabilidade de órgão do Estado do Paraná, a APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. E, neste sentido, tem o presente requerimento a função de trazer em Plenário o Sr. Deni Lineu Schwartz, com fundamento no inciso I do art. 97 do Regimento Interno, para que melhor esclareça os termos da declaração proferida pelo mesmo, permitindo à esta Casa de Leis o exercício da função constitucional de fiscalização da Coisa Pública Estadual.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1327

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

respeitosamente REQUER a convocação do Sr. Deni Schwartz, ex-Secretário de Estado dos Transportes do Estado do Paraná, para prestar esclarecimentos a este Parlamento sobre matéria publicada pelo Jornal "O Estado do Paraná", de 05 de junho do corrente, com o título "Porto contrata serviços sem licitação", conforme ato de dispensa de licitação nº 001/97, anexo a presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1320

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de votos de pesar à Família Turkiewicz, pelo falecimento do Sr. Paulo Turkiewicz, ocorrido em acidente aéreo, neste último dia 07 de junho.

O Sr. Paulo Turkiewicz era o Diretor Presidente da Empresa Disapel Eletrodomésticos, com filiais em todo o Brasil. O acidente, ocorrido às 9:30 horas do dia 07, aconteceu 30 minutos após o avião ter deixado o Aeroporto do Bacacheri, quando desapareceu do radar de controle do aeroporto.

A tragédia aconteceu na região de Garuva, e levou, ainda, o piloto Jairo Batista; o co-piloto Luis Carlos Morim, Issei Iyon Akike e de um advogado da empresa.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à família enlutada, à Rua Brasilino de Moura, 309, Bairro Ahú, CEP 80540-340, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Hospital do Rim do Vale do Ivaí, alusivos aos relevantes serviços prestados à comunidade do Vale do Ivaí, na área de nefrologia.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Diretor do Hospital, Dr. Marcos Gevert, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Apuca-

rana, nº 295, CEP 86870-000, Município de Ivaiporã / PR.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1299

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de congratulações ao Professor Dr. Eduardo de Oliveira Leite, pelo lançamento do livro Síntese de Direito Civil - Direito de Família.

Professor da Universidade Estadual de Maringá, e Professor convidado da Universidade Federal do Paraná, dono de extenso currículo, o Professor Dr. Eduardo de Oliveira Leite, atuando sempre com brilho pessoal e competência profissional, é um dos mais destacados referenciais de Direito Civil, que pelas suas obras é merecedor da justa homenagem deste Poder Legislativo.

Requer ainda, que da decisão do Plenário se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Um braço deste Poder, o Tribunal de Contas do Paraná, está completando, com muitos motivos para comemorar, ao longo deste mês, 50 anos de atividade. É um dos mais antigos do país, e tem como principal característica a modernidade que lhe garante ser um dos mais importantes do Brasil.

Respeitado, dentro e fora do país, nosso Tribunal de Contas é um expert em auditorias, garantindo no Paraná a lisura da prestação de contas de todos os seus municípios, do Governo do Estado e todos os seus órgãos públicos.

O cidadão paranaense é o principal beneficiado com a correção que permeia as atividades deste órgão, do mais simples funcionário, passando por seus ilustres Conselheiros e a direção do Tribunal de Contas do Paraná.

Tem ele a garantia de que as administrações públicas, em todas as suas instâncias, são rigorosamente fiscalizadas, e na eventualidade de ilícitos, punidas dentro da lei.

É este o trabalho do Tribunal de Contas do Paraná, que merece os nossos aplausos, ao mesmo tempo em que temos, neste Poder Legislativo, o dever de estimular sua continuidade. A informatização do órgão, que torna-o muito mais eficiente dentro de muitos outros congêneres no Brasil, é um processo irreversível, e que a atual gestão tem se empenhado em avançar.

Ao Presidente Artagão de Mattos Leão, e os demais Conselheiros, auditores e outros funcionários do órgão, nossas congratulações pelas comemorações dos 50 anos, e pelo trabalho primoroso de análise das contas públicas.

REQUERIMENTO Nº 1306

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à nova Diretoria da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - AEAPR, em nome de seu Presidente, Dr. Nestor Bragagnolo, augurando uma gestão de realizações e de continuidade ao excelente trabalho em defesa da categoria agrônômica e do desenvolvimento agropecuário de nosso Estado.

Do aprovado, requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente e demais Diretores da Associação, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Voluntários da Pátria, 475, 12º andar - cj. 1206, 80020-926, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1307

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, ao Dr. Deulsise Ubaldo Ferreira dos Santos, pelo excelente desempenho na função de Delegado Titular da Delegacia de Matinhos, durante dois anos, com brilhantismo e dedicação, elevando o nome da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Deulsise Ubaldo Ferreira dos Santos, foi agraciado com o Título de Cidadão Benemérito do Município de Matinhos, pelos relevantes serviços prestados, como Delegado e como autor de dois livros, que enaltecem o trabalho da Polícia Civil do nosso Estado.

Requer, outrossim, seja dada ciência desta decisão ao homenageado, no seguinte endereço: Caixa Postal, 210, São José dos Pinhais - CEP 83005-970.

REQUERIMENTO Nº 1309

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Rádio Caiobá Ltda., que está completando 18 anos de vida.

Trata-se de um excelente veículo de serviços radiofônicos de nossa cidade, sempre apresentando uma programação variada, da mais alta qualidade, muito bom gosto e cuidado elevado quanto a produção e contratação de seu quadro profissional.

Empresa como essa, somente enriquece o mundo das comunicações no Paraná e nos faz orgulhosos de nossos profissionais.

Saudamos esta data, cumprimentando a diretoria e seus funcionários, desejando muito sucesso. Nas figuras de seu proprietário João Lydio Seiler Bettega e seu Diretor Geral Paulo Roberto Oliveira, os melhores cumprimentos desta Casa, que se torna instrumento da comunidade e manifesta todo o júbilo pela efeméride.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1323

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, REQUER, votos de congratulações ao Sr. Adriano Romera, residente e domiciliado no Município de Arapongas - PR, por ocasião do recebimento do Prêmio de Honra ao Mérito da Federação das Indústrias do Paraná.

Requer ainda, que seja dado ciência, através de correspondência a ser enviada à Rua Eurilemos, 837, 7º andar, Edifício Charmila, Centro, CEP 86701-230, Arapongas/PR, aos cuidados

do Sr. Adriano Romera, Presidente do Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, entregou no último dia 26, nesta capital, o Prêmio de Honra ao Mérito ao empresário Adriano Romera, Presidente do Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas. Destacamos que esta é a primeira vez que um empresário do interior recebe tal prêmio.

A referida honraria vem a ser o reconhecimento dos empresários paranaenses pelo muito que contribuiu a SIMBAL - Sociedade Industrial de Móveis de Arapongas, para o nosso Estado.

Essa justa homenagem vem também resgatar o valoroso trabalho do grande empreendedor Adriano Romera e sua família, que com competência investiram na profissionalização da mão-de-obra, colaborando com a geração de empregos no Município de Arapongas, contribuindo assim, cada vez mais, com seu desenvolvimento.

Hoje, a SIMBAL é a maior Indústria de Móveis do país, sendo o orgulho dos araponguenses e paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 1300

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o encaminhamento de solicitação oficial ao Sr. Dr. Mário Augusto Baggio, Mui Digno Coordenador Regional do Paraná da Fundação Nacional de Saúde, no sentido de que, mediante avaliações, estude a possibilidade de criar o Distrito Sanitário de Maringá.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A constatação da necessidade de se criar o Distrito Sanitário de Maringá, desvinculando-o de Londrina, é feita pela demanda sempre crescente da necessidade de se oferecer um melhor atendimento no combate à endemias, tais como: dengue, leishmaniose, febre amarela, malária e outras.

Maringá, por sua localização geográfica, atendendo 04 Regionais de Saúde (94 municípios), notadamente, no que tange aos organismos de atendimento do setor de saúde, não tem uma estrutura compatível com suas verdadei-

ras necessidades, cujas dificuldades podem muito bem ser sentidas, quando se trata da questão de combate às endemias.

Com a perspectiva de equacionar estes problemas e minorar seus efeitos sobre a nossa população, apresentamos a presente proposição, na expectativa de encaminhamento de medidas cabíveis para possibilitar a concretização desta solicitação.

REQUERIMENTO Nº 1301

Senhor Presidente.

Nos termos do Art. 128 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUEIRO a Vossa Excelência, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a Indicação em anexo, solicitando a regulamentação da Lei nº 11034, de 30.12.94.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) JOEL COIMBRA

INDICAÇÃO Nº DE 1997

"Solicita a adoção de procedimentos para a regulamentação da Lei nº 11034".

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa, se dirige a Vossa Excelência para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Em 20/12/94, através da Lei nº 11.034, foi instituído o Auxílio-Alimentação para funcionários e servidores da Administração Direta e Autarquias do Estado, bem como do Quadro do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Alçada, do Ministério Público e da secretaria da Assembléia Legislativa.

2 - Considerando que a citada lei foi publicada no Diário Oficial do Estado em 30/12/94 e até a presente data não foi regulamentada em descumprimento ao previsto no Art. 7º da lei em questão.

3 - Considerando a importância desse benefício para o servidor público de menor remuneração, sugerimos ao Poder Executivo a adoção de procedimentos, em caráter de urgência, visando a regulamentação da referida lei.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1311

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Jardim Pioneiro - Município de Campo Magro, os quais solicitam a implantação do Serviço de Entrega de Correspondências Domiciliares nesse bairro, tendo em vista que as ruas já estão denominadas legalmente. Será um grande benefício para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1312

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Pilarzinho, os quais solicitam reparos no poste de iluminação pública existente na Praça Eixo de animação Manif Tacla, localizada na Rua Leonor Castelano, esquina com a Rua Manif Tacla. Devido ao defeito, a praça está totalmente às escuras. Como nessa praça trafegam muitas pessoas, o local tornou-se alvo de ação de marginais, deixando todos muito apreensivos. Afirmam eles que o problema não é de lâmpada queimada, e sim de defeito no poste.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1313

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da moradora da Rua Deputado João Leopoldo Jacomel, nº 1368 - Jardim Cristina, a qual solicita a limpeza de uma valeta existente em frente à sua residência. Ocorreu um deslizamento de terra e fechou a valeta. O esgoto está sendo escoado para a rua e o mau cheiro é insuportável. Providências urgentes necessitam ser tomadas, pois a situação é crítica, principalmente pelo perigo de contração de doenças, que os moradores estão propensos a adquirir.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1317

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado e Secretários de Estado do Governo, da Administração, da Segurança Pública, e Presidentes da COPEL e SANEPAR, sugerindo a unificação da Central de Atendimento de 3 dígitos do Estado, o número 190.

Atualmente, os usuários dos serviços do Estado possuem diversas centrais de 3 dígitos para atendimento de seus pedidos, reclamações e esclarecimentos.

O usuário, para fazer uso dos serviços do "Tele Cidadão", têm que memorizar uma enorme quantidade de números telefônicos, como:

- Polícia Militar - tem que discar 190
- Polícia Civil - tem que discar 197
- SANEPAR - tem que discar 195
- SIATE - tem que discar 193
- Defesa Civil - tem que discar 199
- COPEL - tem que discar 196
- BPTRAN - tem que discar 194
- PROCON - tem que discar 1512

Propomos a presente medida com o intuito de unificar em apenas um número telefônico de emergência.

O número 190, da Polícia Militar seria ideal, já que possui uma estrutura que pode ser utilizada por todos os demais, que simplesmente encaminhariam seus atendentes para essa central.

Nos Estados Unidos da América existe essa unificação, facilitando a qualquer criança a memorização do número 911 e de utilizá-lo quando necessário.

Com a unificação da Central de Atendimento Telefônico de Emergência de 03 dígitos em nosso Estado, estaremos prestando um grande serviço à nossa população.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio da cópia do expediente formulado pela Associação de Avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná - AVIOS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Capitão Leônidas

Marques, aos Srs. Rafael Valdomiro Greca de Macedo, Chefe da Casa Civil, e ao Sr. Manoel Garcia Cid, Diretor Presidente do BANESTADO, contendo as reivindicações dos Produtores Rurais de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente é solicitar o envio da cópia do expediente formulado pela Associação de Avicultores do Oeste e Sudoeste do Paraná - AVIOS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, os quais solicitam o recálculo da securitização da dívida agrícola, que seja conforme a lei mantido o contrato original do Programa "Panela Cheia", dando a opção ao agricultor da equivalência produto, e ainda, que a primeira parcela objeto dos contratos de securitização com vencimento em outubro/97, seja postergada para o oitavo ano, a ser acrescentado automaticamente ao contrato, conforme estabelece a lei, que dá prazo máximo de 10 anos, haja visto que a região Oeste e Sudoeste do Paraná, por exemplo, foram vitimadas por uma estiagem, onde a produção da safrinha de milho teve uma quebra superior a 30%, segundo o DERAL - Departamento de Economia Rural, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Agricultura, para levar assim ao conhecimento dos Srs. Rafael Greca de Macedo, Chefe da Casa Civil, e ao Sr. Manoel Garcia Cid, Diretor Presidente do BANESTADO, para que os mesmos tomem conhecimento das reivindicações destes produtores rurais.

Neste sentido, contamos com o apoio dos demais Pares para a aprovação do presente requerimento, fazendo com que assim os municípios pertencentes às regiões acima citadas, possam receber mais este benefício.

REQUERIMENTO Nº 1321

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça encaminhar o presente expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, reivindicando para que seja agilizado o Programa de Saneamento Rural do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Tendo por objetivo a fixação do pequeno agricultor no campo, melhora-

do a sua qualidade de vida, oferecendo-lhe uma água mais saudável, seja em benefício de sua saúde, seja em benefício de uma utilização mais racional na agricultura, o Programa de Saneamento Rural do Paraná merece o mais amplo apoio governamental.

Aproximadamente, 500 poços já estão perfurados pela SANEPAR, cujas obras, no entanto, estão sem andamento pela ausência de recursos.

Tendo obtido cerca de 3.300.000,00 do PASS, poderá a SANEPAR concluir aproximadamente 100 sistemas de abastecedouros rurais, ou seja, em torno de 20% dos poços já perfurados, muitos deles há vários anos.

Não obstante tivesse a SANEPAR transferido para a SUDERHSA, três equipamentos para perfuração de poços, a referida Superintendência também não dispõe de recursos orçamentários para a conclusão dos sistemas.

A importância do Programa reclama a necessidade de serem alocados recursos estaduais para que nesta primeira fase sejam complementados os projetos já concluídos.

Este é o apelo que endereçamos ao Chefe do Poder Executivo.

REQUERIMENTO Nº 1318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações ao Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, solicitando informações sobre matéria publicada pelo Jornal "O Estado do Paraná", de 05 de junho do corrente, com o título "Porto contrata serviço sem licitação", conforme ato de dispensa de licitação nº 001/97, anexo ao presente.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da presente Sessão, de matéria publicada na tradicional revista "Paraná em Páginas", nº 388, de junho de 1997, nas páginas nºs 19, 20, 21 e 22, sob o título "Gente de Jaime Lerner envolvida no mar de lama

do futebol brasileiro", onde relata o envolvimento do Sr. Mário Celso Petraglia, ex-Presidente do glorioso Clube Atlético Paranaense, com o escândalo da corrupção na arbitragem no futebol brasileiro.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO
LEGISLATIVO Nº 006/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam sustados os atos de embargos lavrados, a partir de 06 de outubro de 1989, pelo Conselho do Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, em relação às obras autorizadas por Alvarás de Licenças de Construção, emitidos por Administração Municipal.

Art. 2º - Até a regulamentação, por lei, da ação fiscalizadora a ser promovida, pelo Estado, quanto a utilização territorial no litoral, os funcionários que praticarem atos idênticos aos sustados ou outros com base neles, responderão pelas irregularidades, nos termos da legislação atinente.

Art. 3º - Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, criado pelo Decreto Estadual nº 4829/89, publicado em 12 de abril de 1989, que, agora, se auto denominou de Conselho do Litoral, vem praticando atos desprovidos de qualquer legalidade e com manifesta inconstitucionalidade, quando lavra Autos de Infração, registrados como Embargos, objetivando impedir o "habite-se" em casas e/ou prédios construídos e/ou paralisar obras de construção, executadas com respaldo em Alvarás de Licenças emitidas pelas Administrações Municipais do Litoral.

Os funcionários (fiscais) do Conselho do Litoral emitem os tais "Embargos", com base em dispositivos, entre outros, da Lei Estadual nº 7398, de 12 de novembro de 1980, e dos De-

cretos Estaduais regulamentadores nºs 4605/84, 2722/84 e 4926/89.

Ocorre que, a legislação onde pretende e/ou pretendeu se embasar o incoerente Conselho do Litoral, está revogada, derogada, extinta "in totum", portanto, não vigente e sem qualquer validade, desde 06/01/89, por determinação constitucional do art. 52, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, que expressa:

"Art. 52 - Ficam revogados, a partir da promulgação desta Constituição, todas as leis, decretos ou atos administrativos que, de qualquer modo, interfiram na autonomia municipal".

O egrégio Superior Tribunal de Justiça, pela colenda Segunda Turma, em julgamento 31 de março de 1993, do recurso em Mandado de Segurança nº 1112/PR (Reg. 910012642-01) entendeu, tendo como relator o Min. José de Jesus Filho, expressamente, que:

"...não padece de dúvida que a Lei Estadual nº 7389/90 não pode servir de arrimo para impedir construções..., porque a ameaça de paralisação..., reflete intromissão do Estado, em assunto que diz respeito a interesse local restrito ao município".

Se algum órgão ou pessoa atua na administração pública, onde as Constituições exigem lei, sem que haja uma lei vigente que respalde os seus atos, por lógica absoluta, estará, indevidamente e impropriamente legislando, ou então, pior, cometendo uma flagrante inconstitucionalidade.

Se o "Conselho do Litoral" está atuando, embargando construções, impondo sanções, sem que seus atos estejam devidamente respaldados em lei, como a Constituição Estadual exige, está tal órgão e, por consequência, a Secretaria do Estado do Meio Ambiente, exorbitando e adentrando na competência exclusiva do Legislativo, e, com isto, incidindo nos casos previstos nos incisos XXVII, XXVIII e XXX, do art. 54, da Constituição do Estado do Paraná, que assentam:

"Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXVII - sustar o atos normativos do Poder Executivo, que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa;

XXVIII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administrações indireta;

XXX - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da

atribuição normativa dos outros Poderes".

Pelo supra transcrito fica manifesto que o Legislativo não pode ficar a assistir as atitudes inconstitucionais do denominado "Conselho do Litoral", quando está praticando atos totalmente contrários a Constituição e principalmente exorbitando competência exclusiva desta Casa de Leis.

Note-se que em momento algum se está a discutir o mérito dos Embargos de obras promovidas pelo "Conselho do Litoral", contudo, os membros do Legislativo não podem admitir que tal órgão, adrede à Secretaria de Estado do Meio Ambiente tome atitudes que por certo custarão muito aos cofres do Paraná, eis que a responsabilidade civil do Estado pelos danos causados ilegalmente, portanto, por ato ilícito, é inexorável.

Pelo supra exposto, fica indubitável exigência de que o Plano de Decreto Legislativo ora apresentado deve ser aprovado, com urgência, ante a necessidade de se preservar a competência desta Assembléia Legislativa e resguardar a responsabilidade do Estado ante os atos desprovidos de qualquer legalidade e que estão sendo praticados pelos funcionários do ilegal e incoerente Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense.

Por ser de inteira urgência e exigência constitucional.

"Licença para construir. Compete ao Poder Público Municipal expedir alvará para construir, não podendo o Estado embargar o que já foi construído, sob pena de afrontar direito de propriedade... e a autonomia municipal".

Junta-se cópias do Julgado, resumo acima (Ementa, relatório e voto do relator), para que façam parte da presente, de modo a ficar manifestamente demonstrado, provado, comprovado e decidido que os atos sustados não têm qualquer embasamento legal e/ou fundamento constitucional para permanecerem.

Ora, nos termos do inciso I e VIII, do art. 30 da Constituição Federal, ficou claramente definido que:

"Art. 30 - Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;"

Nos mesmos termos são os consignados nos incisos I e VIII, do art. 17, da Constituição do Estado do Paraná.

Pelo exposto nas Leis Maiores, fica definido que compete à Administração Municipal, somente a ela, promover o adequado ordenamento, controle do uso e ocupação de seu território.

Mas, o inciso XI, dos artigos Constitucionais, prevê que poderá ele sofrer "...observada a legislação... a ação fiscalizadora do... Estado".

Contudo, a ação fiscalizadora do Estado deve obedecer a legislação.

Inexistindo legislação estadual, a fiscalização não pode ocorrer, porque a Constituição determina que esta função pressupõe atos vinculados.

Nos §§ 1º e 2º do art. 207, da Constituição do Estado do Paraná, ao definir competência do Estado para fiscalizar e sanções para condutas infratoras ao "meio ambiente", expressamente consignam a necessidade de existência de lei, para delimitar a função fiscal e regulamentar o processo administrativo que irá impor a sanção.

Lei é produto da atividade do Legislativo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 262/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o Instituto Afro-Brasileiro do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Afro-Brasileiro do Paraná, constitui-se numa sociedade civil de caráter cultural, sem fins lucrativos, com a finalidade de melhorar o perfil sócio, cultural e econômico da população afro-brasileira do Estado do Paraná.

Suas atividades são voltadas para a garantia dos direitos constitucionais, combate à discriminação e ao preconceito, resgate e promoção da auto-estima do negro enquanto indivíduo e grupo social, elevação do nível cultural e intelectual da comunidade negra, divulgação dos valores e experiências herdadas dos ancestrais, ava-

liação da participação da comunidade negra na história do país, do Estado e da cidade, bem como a sua atual posição na sociedade.

Atualmente o Instituto executa os seguintes projetos: Irmão Mais Velho, que apoia o estudante universitário negro; Projeto Valorização, que facilita o acesso dos sócios do Instituto ao mercado de trabalho, através de edição de um catálogo de profissionais, etc; Projeto Gold, que visa a capacitação de recursos aos diferentes projetos que o Instituto pretende implementar.

Na área internacional, o Instituto mantém intercâmbio cultural e comercial com a República de Angola.

Face ao elevado caráter social de que é revestido o presente projeto, solicitamos o reconhecimento da referida instituição como entidade de Utilidade Pública Estadual por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 263/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede no Município de Marmeleiro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 04 de outubro de 1969, e presta atendimento a dezenas de pessoas carentes.

A APMI, se constitui na única alternativa para estas pessoas, em grande número famílias carentes ou de baixa renda, e que não dispõem de recursos para o custeio de suas necessidades básicas.

Pelos motivos acima expostos, e pelos relevantes serviços que a entidade vem prestando à comunidade daquele município, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 264/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica assegurada, nos termos do art. 8º, da Lei nº 11.272,

de 21 de dezembro de 1995, a propriedade do imóvel registrado sob a matrícula nº 15.137, do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição desta Capital, ao Serviço de Loteria do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A motivação da apresentação desta proposição é fazer valer o art. 8º, da Lei nº 11.272, de 21 de dezembro de 1995, que manda que "o patrimônio da autarquia de que trata esta lei será constituído pelos bens que nesta data estiverem sob a utilização do atual SERLOPAR, como órgão de regime especial, bem como dos que lhe forem destinados e dos que venham a adquirir mediante autorização legal".

Na época da sanção da mencionada lei, o SERLOPAR ocupava, como vem ocupando até a data de hoje, o referido imóvel, situado na Avenida Sete de Setembro, nº 2077 e hoje, existe proposta da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo de que o SERLOPAR pague alíquel sobre esse mesmo imóvel de sua propriedade, propriedade esta certificada no ano de 1995, quando a entidade foi transformada em autarquia e recebeu todos os imóveis que estavam sob sua ocupação, como reza o art. 8º, da Lei nº 11.272.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição, que vai propiciar ao Serviço de Loterias do Paraná, tranqüilidade para realizar os seus trabalhos e de corroborar com a vontade do Senhor Governador do Estado, quando mandou a Mensagem nº 69/95, que foi aprovada por esta Casa de Leis, e deu origem a Lei nº 11.272.

PROJETO DE LEI Nº 265/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Araucária, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, entidade assistencial, com fins filantrópicos, fundada em 02 de dezembro de 1984, dedica-se exclusivamente a assistência e ensino do portador de deficiências, adolescente ou adulto, que se desvia do padrão médio pelas suas características físicas, mentais, sensoriais, emocionais ou sociais.

Esta entidade está voltada a promover e coordenar medidas que visam assegurar o ajustamento e bem-estar dos excepcionais, estimulando estudos e pesquisas relativas aos problemas dos mesmos.

Por tratar-se de uma entidade filantrópica voltada ao bem-estar dos necessitados, achamos ser a mesma merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 266/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, através da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Paraná, autorizado a descentralizar o Instituto de Identificação sediado em Curitiba, a expedição da Cédula de Identidade ao interior do Estado, nas cidades sedes das Subdivisões da Polícia Civil, em Postos Regionais, sob chefia do respectivo Delegado de Polícia Titular, que expedirá o documento.

§ 1º - Em cada município deverá funcionar um posto receptor de pedidos de Cédulas de Identidade Civil cuja documentação pertinente deverá ser remetida semanalmente ao Posto da Subdivisão Policial para os devidos fins.

§ 2º - Caberá ao Instituto de Identificação dotar os postos regionais e municipais de material humano e de expediente necessários ao funcionamento dos mesmos, bem como fiscalizá-los e manter atualizados os dados de todo o Estado, relativos às cédulas expedidas e seus portadores.

§ 3º - A expedição das Cédulas de Identidade Civil, nos Postos Regionais, deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir do recebimento de cada pedido, observadas todas as formalidades legais.

Art. 2º - Em Curitiba, não haverá alteração quanto aos locais receptores de pedidos de expedição das Cédulas de Identidade Civil.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Adotado há décadas, o sistema de expedição de Cédulas de Identidade Civil, pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, centralizados em sua sede em Curitiba, para onde todos os municípios remetem os pedidos do nominado documento, está ultrapassado.

A centralização no Instituto de Identificação na Capital do Estado, cujo diretor é autoridade competente para assinar as cédulas expedidas, inviabiliza a agilização do fornecimento, demorando até 90 (noventa) dias para o interessado receber sua Carteira de Identidade no interior do Estado.

Como estamos vivendo a era da informática, a descentralização para o interior - nas sedes das subdivisões da Polícia Civil, na forma proposta no presente projeto de lei, possibilita a agilização na expedição e fornecimento por parte do Estado do referido documento pessoal de identidade, sem prejuízos para as normas legais pertinentes.

Em outros Estados da Federação, tal como o vizinho Estado de Santa Catarina, há muito tempo descentralizou essa prestação de serviços à população, para o interior.

nas 28 (vinte e oito) Delegacias Regionais da Polícia Civil (equivalente às 19 Subdivisões Policiais do nosso Estado), funcionam os postos regionais de identificação, sob chefia dos delegados titulares respectivos, com poderes para autorizar a expedição das identidades e assiná-las.

O prazo máximo para o fornecimento do citado documento no vizinho Estado é de 05 (cinco) dias, podendo até ser fornecido no mesmo dia do pedido, sendo que as primeiras vias requeridas por menores de 16 e maiores de 65 anos, são isentos do pagamento de taxas.

Ante o exposto, constata-se que o objetivo do presente projeto de lei, é de dar melhor atendimento à população, em menor espaço de tempo, dispensar o burocrático e arcaico "passeio" da papelada, para fazer uso dos modernos meios da era da informatização ora existente.

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica unificada a Central de Atendimento Telefônico de Emergências dos 3 dígitos do Estado, no número 190.

Art. 2º - Ao Poder Executivo caberá a regulamentação da presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de publicação desta.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.97.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, os usuários dos serviços do Estado possuem diversas centrais de 3 dígitos para atendimento de seus pedidos, reclamações e esclarecimentos.

O usuário, para fazer uso dos serviços do "Tele Cidadão" tem que memorizar uma enorme quantidade de números telefônicos, como:

- Polícia Militar: tem que discar 190
- Polícia Civil: tem que discar 197
- SANEPAR: tem que discar 195
- SIATE: tem que discar 193
- Defesa Civil: tem que discar 199
- COPEL: tem que discar 196
- BPTRAN: tem que discar 194
- PROCON: tem que discar 1512

Propomos a presente medida, com o intuito de unificar em apenas um número telefônico de emergência.

O número 190, da Polícia Militar seria ideal, possui uma estrutura que pode ser utilizada por todos os demais, que simplesmente encaminhariam seus atendentes para essa Central.

Nos Estados Unidos da América existe esta unificação, facilitando a qualquer criança a memorização do número 911 e de utilizá-lo quando necessário.

Com a unificação da Central de Atendimento Telefônico de Emergência de 03 dígitos em nosso Estado, estaremos prestando um grande serviço à nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde para fazer um registro de um evento acontecido na sexta-feira, no sábado à noite, no Clube Concórdia, aqui na Capital do Estado, aonde tivemos a homenagem de várias personalidades, não só do mundo agrônomo, mas também de autoridades que colaboraram com a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, nos seus cinquenta anos.

Participaram dessa solenidade, também aqui na Assembléia, o Deputado Orlando Pessuti, Coordenador do Bloco Agropecuário, inúmeras autoridades do Estado do Paraná. Foi a passagem da diretoria da Associação dos Engenheiros Agrônomos para os próximos dois anos, aonde assumiu a Presidência desta entidade o Engenheiro Agrônomo Nestor Bragagnolo, conhecido dos técnicos deste Estado, dos nossos agricultores, funcionário da Secretaria da Agricultura, respeitado tecnicamente, que com certeza absoluta, junto com toda a sua diretoria, vai fazer um grande trabalho pelo Estado do Paraná.

Mas, faço aqui o registro, Senhor Presidente, dos cinquenta anos da Associação dos Engenheiros Agrônomos do nosso Estado, esta associação que participou ativamente de todas as fases de desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, esta associação que teve, ao longo de sua história, uma caminhada marcada, junto com os anseios da nossa agricultura, esta associação que além dos profissionais que dela fazem parte, trabalhou no sentido de que muita coisa acontecesse no Estado do Paraná.

Se produzirmos cerca de 25% da produção agrícola nacional, muito devemos à classe agrônoma do Estado do Paraná.

E digo aqui um exemplo, Senhor Presidente, um exemplo da colaboração dos agrônomos do Paraná, para com o Estado e com o Brasil, que é o programa de manejo integrado de solos e de água, que é exemplo para a América Latina e para o mundo desenvolvido, nascido, gerado e criado no seio dos agrônomos do Paraná.

Portanto, sei que a genética humana evolui a cada dia que passa, no mundo, mas podemos comemorar também que a genética vegetal da engenharia agrônoma do nosso Brasil e do mundo, muito tem contribuído para a humanidade, e que em nada fica devendo à genética humana.

É o desenvolvimento da pesquisa científica. É o desenvolvimento da

tecnologia a ser colocada aos agricultores do Paraná e do Brasil.

Os sessenta mil agrônomos deste Brasil participam decisivamente da grande cruzada nacional que esse Brasil tem que dar rumo à agricultura do III Milênio, e a tecnologia disponível para a população do meio rural, está aí, graças ao trabalho incansável dos técnicos ligados à agricultura deste País.

Gostaria, Sr. Presidente, para encerrar, de registrar nos Anais desta Casa, os cinquenta anos desta associação, dos seus presidentes, que homenageados, do seu único sócio benemérito do Paraná, Dr. Ivo Arzua, que lá estava, de várias personalidades, do Senador Osmar Dias, enfim, do Deputado Federal Michelleto, de várias autoridades ligadas com a área agrônômica do Paraná, que lá estavam.

Deixo registrada aqui a nossa congratulação a todos os agrônomos do nosso Paraná, a essa associação que soube marcar época, que participou de toda a agenda social-política deste País, e que teve, ao longo de sua existência, na sua caminhada, sempre, a colaboração dos seus técnicos, dos seus associados, desenvolvendo e criando problemas para o Paraná, muitos deles, com uma conservação de solos, por exemplo, no momento em que o Paraná perdia a sua terra fértil. No momento em que todo o setor técnico da agricultura deste País se debatia com o fantasma da erosão.

Os agrônomos do Paraná criaram esse programa, do manejo integrado de solos e água, que hoje é referência para a conservação de solos no mundo inteiro.

Congratulo-me com os agrônomos, porque agrônomo sou. Como Presidente da Associação de Agricultura desta Casa, deixo registrado aqui a nossa gratidão à classe agrônômica do Paraná, pelo que tem feito para o nosso Estado, pelo trabalho que tem desenvolvido nos órgãos públicos, como na Secretaria da Agricultura, na EMATER, no IAPAR, na CEASA, na COPEL, enfim, em todas as secretarias e em todas as autarquias do Estado, aonde os nossos agrônomos têm assento, e, também, na iniciativa privada, no corporativismo, nas empresas de planejamento agrícola. Enfim, nas associações de produtores do Estado do Paraná, deixo aqui registrada a nossa homenagem pelos cinquenta anos da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

Os nossos parabéns à Associação e ao Presidente Nestor Bragagnolo, que assume a presidência da Associação nesta época. Desejo a ele, que com todo o sucesso, possa continuar permeando os caminhos do desenvolvimento agrícola do Paraná, junto com os nossos engenheiros agrônomos.

Felizes as mãos que semeiam, mas mais felizes ainda, as mãos que ajudam a semear.

Parabéns aos nossos agrônomos do nosso Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Com a palavra, o ilustre Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebo, parece-me que no mês de março, o ofício do Senhor Prefeito Municipal de Nova Esperança, pedindo que eu fizesse contato com a SANEPAR, no sentido de ser informado até de qual a situação das obras relativas ao programa de saneamento rural do Paraná, que foi já um programa especialmente desenvolvido no Governo do Senhor Requião.

Lá em Nova Esperança tínhamos e temos alguns poços artesianos, dentro desse programa de saneamento rural, que visa fornecer água potável para as populações de algumas aglomerações, alguns bairros, inclusive alguns animais, especialmente os domésticos, uma vaquinha ou duas para fornecimento de leite para a família. E lá, em Nova Esperança, que já foi atendida por vários poços, no Governo Requião, tem agora algumas localidades com poços perfurados, mas não boas ou relativas, e que estão necessitando de complementação destas obras, destes serviços, isto é, aquisição e instalação de motores, de caixas elevadas, de rede de distribuição e demais obras pequenas, que, quase sempre, a SANEPAR fazia, da mesma forma a Secretaria da Agricultura em convênio este serviço, especialmente mão-de-obra, transferindo para os municípios.

Pois bem, estive na SANEPAR, fui informado, pelo Senhor Presidente, que lamentavelmente, o programa não havia sido contemplado com recursos necessários no orçamento vigente, para não só atender aqueles poços já perfurados, como tantas outras localidades, pendentes de solicitação.

Agora, há poucos dias, neste último mês de maio, recebi o ofício cir-

cular, quero crer que todos os outros Senhores Parlamentares desta Casa, de Capitão Leônidas Marques, subscrito pelo Presidente da Câmara Municipal, Senhor José Altair, também pedindo para que a Assembléia gestionasse, junto aos órgãos competentes, no sentido de reativar ou de dinamizar este programa, ou mais especialmente este.

Não sei se o programa de saneamento, na sua totalidade, mas muito especialmente a perfuração dos poços a que me refiro, isto é, no atendimento a pequenas localidades. Também além do seu uso potável, para a distribuição na agricultura, para pulverização, combate às pragas, etc.

Portanto, Senhor Presidente, prezados Deputados, lá em Nova Esperança foram atendidos mais de uma dúzia de poços, lá funcionando, mas temos agora mais as localidades de Placa Zacarias, Estrada Ulrich, Estrada São Luiz, Estrada Taquaritinga, Estrada Inglesa, Bairro do Aeroporto, Paracatu e Pira-tinga, todas com poços já perfurados, angariando recursos para complementação das obras.

Dirijo-me ao ilustre Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, para que, se puder, nos ajude a levar este pedido, que não é meu, mas que é do Sudoeste, no Noroeste, de todo o Paraná, para que seja destinado, alocado recurso para este programa, que é da maior necessidade para a zona rural.

Vossa Excelência, por favor, que se relaciona, que é um homem que tem contato, use do prestígio do nosso grupo, da bancada e de todas as bancadas da Assembléia, para levar ao Governo este pleito, que acho dos mais justificáveis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Concedo a palavra, no Horário das Lideranças, ao Deputado Basílio Zanusso, do PFL, e em seguida o Deputado Nereu Moura terá um aparte.

O Sr. Nereu Moura - Deputado Basílio Zanusso, Vossa Excelência aborda um assunto importante na tarde de hoje aqui nesta Assembléia.

Esse programa de saneamento rural do Governo Requião, foi um dos tantos programas que sacudiram o Paraná no Governo passado. Programa fantástico de melhoria de qualidade de vida das pessoas que moram no interior e que vivem nas pequenas comunidades.

Por isso, Senhor Deputado Basílio Zanusso, na minha avaliação, nada justifica a interrupção daquele programa.

Hoje, são mais de 300 poços artesianos, perfurados no interior do Paraná, com boa vasão, como falou Vossa Excelência, e que estão lacrados, e a população passando sede e tendo dificuldade de se abastecer.

Lá no Oeste do Paraná, e Vossa Excelência abordou, o Município de Capitão Leônidas Marques, como outros tantos municípios, tivemos um caso aqui em Matelândia, aonde a Prefeitura teve enorme dificuldade para abastecer a comunidade. Com essa estiagem que vivenciamos recentemente, houve um pânico total em função da falta de água.

Por isso, esse apelo que Vossa Excelência faz, merece o nosso total e integral apoio, porque este programa competente e que ajudou sobremaneira a fixação do homem no campo, e além disso melhorou a sua qualidade de vida na redução da incidência de doenças contagiosas através da água.

No Município de Três Barras, no Paraná, foi feita uma análise da água servida para as crianças nas escolas rurais, e 96% da água das escolas estava contaminada. E esse programa de saneamento rural, aonde foi implantado, ele resultou em benefícios fantásticos para a comunidade do nosso querido Estado do Paraná.

Por isso, é que lamentamos que o orçamento do Estado não tenha previsto nenhum recurso para a continuidade ou pelo menos para a conclusão daqueles poços que estão abertos e já perfurados por aí afora. Desta forma, nobre Deputado Basílio Zanusso, é que Vossa Excelência merece o nosso apoio integral e essa propositura estabelecida aqui na Assembléia, no dia de hoje, a fim de que o Governador do Estado, através da SANEPAR, volte novamente a concluir os poços que estão perfurados, objetivando melhorar a qualidade de vida da população que vive na zona rural dos municípios do nosso Paraná.

Muito obrigado, Deputado!

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Obrigado pela contribuição de Vossa Excelência.

E apenas um rápido reparo: quando Vossa Excelência refere-se a cerca de 300 poços já perfurados nos municípios do Paraná, a informação que tenho oficiais da SANEPAR, é um número maior, é aproximadamente cerca de 500 poços. E a SANEPAR também obteve recursos este ano do Governo Federal, repassando pela Caixa Econômica, cerca de 3 milhões e 300 mil reais. Cerca de 3 milhões, Deputado Nereu, foram neces-

sários. O bastante para atender cerca de 100, 120 comunidades.

Quer dizer, se temos feitos 500, necessitamos agora, urgentemente, de cerca de 15 milhões de reais, além dos pedidos que repousam nas gavetas da SANEPAR e da SUDERHSA.

A SANEPAR transferiu para a SUDERHSA três sistemas de máquinas para perfuração de poços. Os equipamentos, três equipamentos completos, para a SUDERHSA, mas acontece que a SUDERHSA não tem recursos específicos.

Então, não há outra solução, se não pedir ao Governador o nosso apelo, e espero que o apelo desta Casa e o Líder Rossoni, para que seja encaminhada à esta Casa expediente, mensagem do Senhor Governador, destinando recursos para esse programa.

Acabei de falar, há poucos instantes, com o Prefeito Pedro Garcia, de Alto Paraná, Noroeste. Perguntei-lhe: Pedro, você, no município, tem alguns poços perfurados nessa condição? Disse: Tenho! Porque ele foi o penúltimo prefeito, esse é o segundo mandato. Ele disse: Deputado, estamos aguardando há anos essa providência. Mas temos outras localidades carentes que necessitam desse tipo de atendimento. E veja, Vossa Excelência, em resposta do expediente que o Prefeito de Altônia fez à Presidência da SANEPAR a respeito do assunto, a resposta foi a seguinte: Senhor Deputado, porque houve, além do ofício do Senhor Prefeito de Altônia, o meu acompanhando.

(Lê): "Servimo-nos da presente - não é necessário que eu leia na íntegra o ofício para não tomar muito tempo. Mas, diz o seguinte: "recebemos o Ofício nº 248/97, de junho de 97, através do qual Vossa Excelência encaminha solicitação do Prefeito Municipal de Altônia, Durval Emídio dos Santos, com respeito a liberação de recursos para ativação de poços tubulares profundos, nas localidades de Comunidade São Lucas, Estrada Moringa, Estrada Massapé e Bairro São José, naquele município.

Informamos, que através da carta DP-186/97T de 14/05/97, respondemos diretamente ao Prefeito Municipal de Altônia, com referência a idêntica consulta".

Mas, ele fala naquele expediente, que não consta daquele orçamento, recursos necessários. Ora! De nada vale o apelo feito à SANEPAR, se ela não tem recursos. E, repetindo, as máquinas que temos, equipamentos que temos

para tal fim, não atendem, já que estão à disposição da SUDERHSA, e ela, da mesma forma, sem numerário o bastante.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna para tecer alguns comentários a respeito do nosso sistema de saúde e o faço impulsionado pelos recentes acontecimentos verificados em Maringá, quando mais uma pessoa perdeu a vida, quando necessitava de atendimento médico-hospitalar.

Como os Senhores Deputados sabem, e isso foi noticiado amplamente pelos meios de comunicação, há dias atrás, dia 27/05, a jovem estudante Flávia Skiavon da Silva, por volta de 8:00 horas, quando se preparava para iniciar uma aula de educação física, foi envolvida numa situação das mais lamentáveis.

Como fazem as moças de um modo geral, principalmente as jovens, prender os cabelos para trás e amarrá-los com a própria caneta, ela colocou a caneta na boca, para ter as mãos livres para prender os cabelos. Nesse meio tempo, uma bola perdida, atirada certamente por outro estudante, bateu em seu rosto com violência, fazendo com que a caneta perfurasse a região palatal, céu da boca, e aí foi iniciada uma grande maratona.

Às 8:00 horas foi levada para um posto de saúde, foi levada para um dentista, foi levada a outro posto de saúde, foi colocada em observação, foi submetida a exame de neurologia, foi colocada novamente no posto de saúde, e quando foi às 20:00 horas, apresentou sinais comatosos, motivando o pedido de UTI, e como não foi colocada na UTI, às 21:00 horas, ela faleceu.

Isto resultou um quadro de grande revolta, de grande tristeza e descontentamento da população, com relação do Governo, e com os políticos de um modo geral.

Os jornais, imediatamente começaram divulgando, o Jornal Diário de Maringá, o Jornal do Povo de Maringá, noticiaram em manchete, na primeira página: "menina morre por falta de UTI".

O colunista Angelo Rigou e o colunista Edson Lima, respectivamente, o Jornal do Povo, do Diário, não poupa-

ram críticas nem ao Governador Jaime Lerner, nem aos Deputados Estaduais da região. Os jornais continuam dizendo: "o drama se repete, menina morre por falta de UTI". Outro disse: "menina morre por falta de UTI". Em seguida, na reportagem seguinte, vem a sentença popular: "maringaenses culpam os políticos pelas mortes". Um jovem estudante afirmou: "a culpa é do Governo, que sempre promete, mas não cumpre". O estudante Guerra afirmou: "dinheiro tem, o que falta é vontade política". Um trabalhador afirmou: "saúde é para quem tem dinheiro". Um homem sério, chefe de família, idoso, afirmou: "a culpa é dos homens lá de cima, que não atendem a população".

Ficou assim colocado um quadro, nobres Deputados, de que a menina havia falecido por falta de leitos na UTI. Muito embora estivesse claro que ela passou, pelo menos 12 horas, apenas e tão somente, pelas mãos de funcionários municipais, apenas e tão somente por médicos de postos de saúde. Não indo em nenhum momento, ao Hospital Universitário, e muito menos em busca de UTI.

Poderíamos até questionar, se isso teria acontecido se ela tivesse sido levada a uma UTI, ou se tivesse buscado uma UTI às 10:00, às 11:00, às 12:00 ou às 14:00, mas não às 20:00 horas, como foi levada.

Mas em seguida veio o diretor do Hospital Universitário e contesta a manchete colocada, e afirma: "menina não morreu por falta de UTI, mas - insiste - morreu por culpa dos políticos".

Então, vem primeiro: "morreu por falta de UTI, a culpa é dos políticos". Vem outro e afirma: "não, morreu por falta de UTI, mas a culpa continua sendo dos políticos". Finalmente, veio outro médico, ex-diretor do Hospital Universitário, e afirmou: "não morreu por falta de UTI, não morreu por falta de atendimento médico, morreu por falta de diagnóstico adequado. A culpa é dos políticos".

Então, fizemos, Senhoras e Senhores, três situações colocadas, as três versões. Uma, dizendo que ela morreu por falta de UTI, uma dizendo que ela morreu por falta de atendimento médico, outra dizendo que ela morreu por erro de diagnóstico. Mas as três colocaram que a culpa era dos políticos. É algo como dizer: "não sabemos o que aconteceu, mas sabemos apenas que a culpa é dos políticos".

Bem, independente disso, gostaria de dizer ao Senhor Presidente que se eu me estender, tenho autorização para usar o horário da liderança, cedido pelo Deputado Trentini.

Independente, disse o Governador Jaime Lerner, atendendo as solicitações da comunidade, destinou 680 mil para aquisição de dez leitos para UTI e mais 350 mil para colocação das UTIs em funcionamento.

Então, o Governo do Estado está montando, em Maringá, a estrutura necessária para o funcionamento das UTIs, mas gostaria de chamar a atenção para dois aspectos aqui. Primeiro ponto: passada essa fase, a Polícia Civil determinou a exumação do corpo, e a que conclusão chegamos? Os peritos do IML concluíram que a menina Flávia morreu em decorrência de fratura na região occipital. Essa menina, segundo histórico, tinha sofrido, dias antes de ir à escola, não sei se um ou dois dias, tinha sofrido uma queda de bicicleta, tinha sido levada ao médico e não tinha passado pela adequada observação. Foi levada a um médico, foi levada a exame e foi mandada novamente para a escola.

Então, resultado: não morreu em função daquela situação, ou seja, da fratura da região palatal, mas em função da região occipital, mas de qualquer forma, o que precisamos ressaltar, portanto, é que houve sim, falha no atendimento, ou por negligência, ou por imperícia, mas sempre por culpa de um profissional que a atendeu, mas não podemos dizer que dessa feita a culpa é dos políticos.

De qualquer forma, é bom chamar a atenção sobre o seguinte: estamos agora com esta destinação de recursos que o Governador encaminhou, melhorando a estrutura de leitos de UTI na nossa região. Na região da 15ª Regional de Saúde de Maringá, que tinha antes, 29 leitos de UTI, passa a ter 39 leitos de UTI. Segundo dados estatísticos, é fundamental que tenhamos uma estrutura composta de pelo menos 80 leitos.

Segundo dados a nossa disposição, não temos nem na rede particular, esse número de leitos. Hoje, se formos verificar, na região de Maringá, teremos, no Hospital Santa Rita, 20 leitos; na Santa Casa, 18 leitos; no Hospital de Maringá, 5; e no Hospital Paraná, 7 leitos. É evidente que se verificarmos as estatísticas, veremos que apresentam números maiores, porque computam os dois leitos do Hospital de Mandaguari, que não tem condições de

funcionamento e não tem estrutura, aparelhagem e não tem médicos, e o Deputado Miltinho Puppio sabe. Elas computam o Hospital de Astorga, que tem leitos, aparelhagem, mas até agora o SUS não deferiu os convênios, e sem contar que o Hospital Paraná reduziu o número de leitos e o Hospital de Maringá e a Santa Casa também.

Gostaríamos de deixar colocada essa questão e mencionar que poderemos ainda, futuramente, ter problemas na nossa região, por falta de leito de UTI. Qual seria a solução? A solução seria o SUS assumir a responsabilidade para com a saúde e disponibilizar mais leitos para atendimento da sua população. A solução seria o SUS contratar mais leitos junto aos hospitais particulares, pagar uma importância decente e pagar em dia, e dar condições para que a população tenha condições de seu atendida.

Por que menciono isso? Menciono porque é uma situação importante para todos nós, porque pode ser que amanhã, outros problemas aconteçam e todos serão inocentes e apenas os políticos sejam responsáveis. Ninguém vai dizer, por exemplo, que o SUS ou que veterinário está cobrando quimioterapia, que existe dermatologista cobrando por fratura, conforme noticiou, agora, a nossa "Gazeta do Povo", a respeito das irregularidades que acontecem no SUS, eles não estão se importando se há falha de diagnóstico, se há erro, se há corrupção. Sempre é culpa dos políticos.

Portanto, queremos deixar aqui a nossa manifestação, no sentido de que seja cobrado do SUS que assuma a sua responsabilidade para com a saúde do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupamos a tribuna no dia de hoje, no Grande Expediente, apenas para fazer um início de discussão de um assunto que, certamente, será bem mais discutido na Assembléia. E estamos encaminhando à Mesa, pedidos de informação, que espero, se não aprovado, sejam trazidos por Sua Excelência Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo nesta Casa.

Mas é muito sério, Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma acusa-

ção feita pelo ex-Secretário de Transportes, Deni Schwartz, no discurso de transmissão de cargo, de despedida da Secretaria de Transportes. E publicado nos jornais e, por certo, impossível de permanecer sem resposta. Impossível de permanecer sem resposta, sob pena de podermos até ficar interpretando, Senhor Presidente, de que algumas obras, algumas ocorrências, alguns contratos de responsabilidade do Estado do Paraná não tenham sido assinados pelo Governador! Porque o silêncio tomou conta dessa denúncia, que só veio a conhecimento público no instante em que o ex-Secretário, ao sair da Secretaria, diz textualmente: "o ex-Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, entregou o cargo, ontem, fazendo um dos discursos mais duros ao Governo Jaime Lerner. Saiu atirando contra empreiteiras e prefeitos da administração anterior. E disse que para promover as mudanças necessárias, teve que fazer - veja bem o que ele disse - saio do Governo com as mãos embaraçadas". Mãos embaraçadas, no linguajar do povo do interior, de onde o ex-Secretário vem, do nosso querido Sudoeste, mãos embaraçadas significa mãos sujas.

Então, ele disse que teve que sujar as mãos. "Mexi com a lama quando investiguei a falsificação de uma assinatura do Governador Jaime Lerner, lá no Porto de Paranaguá, armada para favorecer interesse de empreiteiros".

Ora, Senhores, posso até dizer que não tenha tido nenhuma participação do Governador na falsificação de uma assinatura sua. Mas, esse fato ocorreu em 1995, possivelmente, fala Sua Excelência o ex-Secretário. Citando a empreiteira Mendes Júnior e tal, que tenha adulterado, na época, uma assinatura do Governador.

Ora, é uma acusação muito séria, pode não ter lesado em nada os cofres do Paraná, mas não é possível interpretar que a assinatura do Governador do Estado esteja sendo falsificada, e que nada se tenha feito para elucidar essa barbaridade que só vem a público no instante em que o Secretário deixa o Governo.

Mas ele vai além, Deputado Rossoni, porque lhe digo que é importante essa explicação, é importante o Secretário Deni explicar, inclusive, porque veja bem, a despeito do que fala o Senador Osmar Dias, de readequação de estradas e coisa semelhante. Olha o que o Secretário diz aqui: sem falar nos 70% dos antigos prefeitos que des-

viaram recursos do DER, doados para a readequação de estradas, o ex-Secretário diz que sofreu pressão política para impedir a fiscalização dos engenheiros, 70% dos recursos destinados a readequação de estradas, é palavra do Secretário, Deputado Alborghe-tti, que sofreu pressão política, para que os fiscais não fossem fiscalizar as obras.

Quer dizer, se é uma palavra do Senador Osmar Dias, do Senador Roberto Requião, de um membro da Bancada do PMDB na Assembléia, vamos admitir que esteja fazendo politicagem, esteja tentando preparar a eleição de 98, mas é palavra do Secretário de Estado, que não saiu rompido com o Governo, tanto que sai de lá e vai para uma diretoria da COPEL, portanto participando do mesmo Governo.

Isto é sério, precisa ser respondido, como precisa ser respondido aqui na Assembléia uma outra denúncia, com cópia da dispensa de licitação: "porto contrata serviço sem licitação". O Estado do Paraná está dizendo aqui que uma operação que vai custar 545 mil, poderia ter sido feita por 140 mil ou 150 mil, autorizado pelo Superintendente Petraglia, do Porto de Parana-guá.

Estas denúncias precisam ser elucidadas aqui na Assembléia Legislativa, sob pena de comprometer a imagem do Governador Jaime Lerner, que não pode compactuar neste momento, em que trocou o Secretário de Transportes, se houve realmente uma obra que podia fazer por 140 milhões, deixou para fazer por quase 600, tem que demitir o Superintendente do Porto de Parana-guá.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Com a palavra, o Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Uso deste espaço para falar hoje sobre o esporte.

O Brasil inteiro, na última semana, viveu e está vivendo momentos de glória. Não pela sua seleção de futebol, porque não conseguiu a sua classificação, por ter perdido a competição antecipada para o País da Inglaterra, mas quero falar de um outro esporte: o tênis de campo. O tênis de campo, até então, era o esporte que o nosso País, o Brasil, não havia ainda

conquistado um lugar de destaque no cenário internacional.

São muitas as competições que acontecem nessa modalidade, tanto masculino, como feminino. Temos muitos atletas, de diversos países, que têm se destacado e que sempre foram os favoritos nesse esporte, mas de repente, nessa última competição, na França, em Roland Garros, o nosso brasileiro, o catarinense, um jovem que aparecia até tímido, de 20 anos, como dizia e como diz o nosso Líder do Governo, descendente da raça germânica, Gustavo Kuer-ten, conhecido como "Guga", tem surpreendido não os atletas do tênis de campo, mas tem surpreendido o mundo inteiro.

E foi tímido, modesto, parando num hotel onde se paga uma diária de 70 dólares, enquanto que os grandes favoritos paravam em hotéis onde a diária chega a 500, 600, 700 dólares, e o nosso brasileiro, Alborghe-tti, esteve lá num hotelzinho simples, onde sempre parava.

Mas o que é característico do Guga é o seu sorriso, a sua humildade, a sua simplicidade, e é desta forma que ele tem conquistado um título inédito para o nosso País, e nós aqui do Parlamento do Paraná não poderíamos deixar passar em branco este acontecimento que elevou mais uma vez o nome do nosso País, e fez com que a nossa bandeira do Brasil fosse hasteada num lugar onde há muito tempo deveria estar hasteada.

Por isso, a nossa homenagem a este atleta, ao Gustavo Kurten, ao nosso Guga, catarinense, vizinho do Paraná, com certeza ele não defendeu só a sua Cidade Floripa, como ele faz questão de dizer, mas ele defendeu o nosso País, e temos certeza que este jovem atleta, o Gustavo, haverá de trazer muitas glórias ainda. Ele se classificou agora como 15º melhor atleta do ranking mundial do tênis de campo.

Tem outras modalidades muito importantes, temos a competição de Wimbledon, que nenhum brasileiro conseguiu chegar a disputar uma final, ao menos nos últimos anos. Temos uma copa muito importante, uma das melhores e mais importantes competições, a Copa Davis, também de tênis de campo, e lá estará o nosso brasileiro, representando não só a sua Cidade Floripa, mas representando o nosso País, e quem não diz que num futuro talvez não muito distante tenhamos um paranaense, talvez não no tênis de campo, mas defen-

dendo as cores da seleção brasileira do vôlei, porque aqui no Paraná, através de uma idéia e da iniciativa do Governador Jaime Lerner, através da Secretaria de Esporte e Turismo, através do nosso Secretário Oswaldo, se criou também a Escolinha de Vôlei, o Paraná, em uma parceria com a Rexona, estabeleceu este convênio para que pudéssemos também descobrir os jovens, os novos valores também na modalidade de vôlei. E por falar em vôlei, o Brasil também está alegrando a sua torcida e a todos nós na Liga Mundial de Vôlei, que está sendo disputada, o Brasil ainda está invicto, continua disputando, ontem derrotou a Argentina, amanhã será outra seleção, e assim por diante.

Acho que são estes momentos que não podemos deixar em branco.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedido ao Deputado Élio Rusch o horário do PTB, e concedo aparte ao Deputado Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Estou feliz com o seu pronunciamento, mas nunca vi tanta hipocrisia neste País.

Ninguém acredita neste menino, não tinha um patrocinador. Acompanhando a vida deste menino, surfista, humilde, o pai faleceu, família classe média, a mãe arrumou o dinheiro para ele viajar, os amigos se cotizaram, e ele foi para lá. A Rede Manchete é que transmite e dá cobertura total há dezenas de anos ao tênis, e este menino entrou ali na quadra, você não viu, a maioria dos jogadores tem patrocínio na testa, ele entrou com a roupa do Brasil, foi vaiado, e ele, com aquele sorrizinho matreiro dele, no bom sentido, de surfista, ele começou como não quisesse nada, num hotel, como Vossa Excelência disse, de 70 dólares, e um outro, 500 dólares por dia, ele com o dinheiro contado ganha o Roland Garrault.

Agora, todo mundo, o nosso Guga o Guga, o Guga, o Guga... olha, meu Deus, olha. Todas as televisões, precisava ver, você precisava ver hoje no café da manhã. Mas ele disse, ontem, Deputado Élio Rusch, não sei se Vossa Excelência acompanhou, eu acompanhei, pela Manchete, ele deu uma entrevista à Rede Manchete, ele disse: "olha, não estou preocupado em tirar o primeiro lugar. Se conseguir o segundo, já estou trazendo o nome do Brasil para a maior competição brasileira". Você vê

a humildade dele. Ele não estava preocupado com o primeiro lugar. Ele estava preocupado em difundir o esporte.

Então, concordo com aquilo que Vossa Excelência disse. Vossa Excelência foi feliz nesta tarde, entendeu. Acho que agora não é esporte de milionário, o tênis, Deputado Élio Rusch. É um esporte simpático, bonito, pratica quem quer. A opinião nacional da TV Cultura debateu que uma aula de tênis para crianças, fica numa média entre 150 e 250 reais, dependendo das aulas por mês.

Então, é vivendo e aprendendo. Comecei a entender.

Mas o que quero dizer é a hipocrisia que vi ontem. Até anteontem ele não era ninguém, ninguém falou nesse menino. Quando ele foi para a final, Deputado, mas já apareceu tanto pai para esse menino, tanta mãe, tanta gente, agora tem patrocinador até o fim do mundo. A hora que ele mais precisava, como Vossa Excelência disse, que o nosso Secretário, Dr. Oswaldo, está injetando no esporte, as pessoas que precisam do patrocínio, o Secretário Oswaldo está injetando.

Então, o importante é isto, injetar no esporte, aquilo que estamos plantando no Paraná.

É só um desabafo, Deputado Élio Rusch. Acho que agora é tarde demais para ser o pai da criança. Estou me referindo a vários setores do Brasil, que de repente adotaram o menino, porque ele é campeão. Se ele tivesse pego o segundo lugar, não ia aparecer ninguém. Mas, como pegou o primeiro, agora todo mundo quer abraçar a causa.

De parabéns Vossa Excelência, mas de parabéns mesmo. Vossa Excelência falou do fundo do coração, e esse menino merece, ele pelo menos deu uma alegria aos jovens. O Senhor vê que muita gente fala que o surfista, que o esporte do surfista é esporte de drogado. Patrocino várias competições de surf aqui no Paraná, vários campeonatos no litoral do Paraná, para levarmos os jovens ao litoral, então não é, é um surfista que pratica o surf, pratica o tênis, e ele é saudável, isto que é importante.

De parabéns Vossa Excelência.

O SR. ÉLIO RUSCH - Muito obrigado, Deputado Alborghetti, pelo seu aparte, e na certeza, assim como nós aqui na Assembléia Legislativa, na certeza de que o Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, estão rendendo hoje suas homenagens a este atleta

desconhecido até no cenário nacional. Quem conhecia Gustavo no Brasil antes desta competição na França? Só Santa Catarina, só os seus amigos mais chegados.

Como disse muito bem Vossa Excelência, foi a sua mãe, a sua avó que se cotizaram e conseguiram arrumar dinheiro para viajar até a França, para assistir a semi-final e a final dessa competição.

Um outro assunto que gostaria de abordar, rapidamente, sabemos que o Presidente da Sessão de hoje, o Deputado Zuk, irá falar no Grande Expediente, sobre um outro assunto muito polêmico, que lamentavelmente, infelizmente tem envolvido o esporte do nosso País, as acusações recentemente ocorridas.

E só para que não deixemos passar em branco, Deputado Zuk, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhora Deputada, gostaríamos de lembrar também a todos nós Deputados, que fomos pegos de surpresa na última quinta-feira, dia 05, quando o STJD, ou seja, o Superior Tribunal de Justiça Desportivo do Brasil tenha aplicado uma das punições mais severas já aplicadas no esporte do nosso País. Não conseguimos entender, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quais foram as medidas, quais foram os pesos, ou quais foram as consequências, quais foram as avaliações que o STJ tenha analisado para punir o Atlético do Estado do Paraná.

Ora, ontem, a torcida do Paraná, pela sexta vez, conquistou o título estadual. Apenas dois times do Paraná tinham conseguido isso: o Coritiba e um outro clube que não existe mais. E agora, o Paraná consegue um título inédito no futebol brasileiro. E eu, como paranaense, devo parabenizar também a torcida do Paraná, mas ao mesmo tempo em que parabenizo a torcida do Paraná, sou solidário com a torcida do Atlético.

Não podemos conceber, em hipótese nenhuma, que o Atlético seja punido por um ano pela CBF, e o Corinthians, que é de São Paulo, escape ileso, nem uma punição.

Para o Presidente do Clube Atlético Paranaense, para o Mário Celso Petraglia, abolido, fora do futebol. O Presidente do Corinthians, por dois anos. Quais são as consequências, o que foi analisado? Será que se confirma, na sua essência, na realidade, aquilo que nós do sul sempre deduzimos? Ora, o Internacional de Porto Alegre, é tri-campeão brasileiro, o

Grêmio é bi-campeão brasileiro e tri-campeão da Copa do Brasil; o Coritiba é campeão brasileiro, o Criciúma é campeão brasileiro da Copa Brasil. São diversos títulos a nível nacional, que estão no sul. E agora, quando existe uma acusação, gravações feitas, rodadas na imprensa do Brasil inteiro, envolvendo principalmente dois times: um do Paraná e outro de São Paulo. Para o Paraná, o rigor da lei; para São Paulo, os favores da lei.

E eu como desportista, gosto de futebol, sou desportista, por inúmeras e inúmeras vezes ocupava esta tribuna, e por isso mesmo que não podia deixar passar em branco. Tinha que me manifestar, ser solidário, não para a torcida do Atlético, não com a diretoria, não como o Mário Celso Petraglia; mas com o Paraná temos que ser solidários, com o Paraná que está sendo punido.

Senhores Deputados, isso não podemos admitir. É isso que não podemos conceber.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Esperamos um único caminho que resta ainda para o Atlético: é a justiça comum. Como dizia o próprio Presidente do STJD, logo após o julgamento, é o único caminho que resta, não tem nenhum outro. Esperamos que a justiça seja efetivamente feita, e que o Paraná possa resgatar exatamente aquilo que ele tem de mais certo, de mais sagrado: a competição a nível nacional, através do futebol.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário do Pequeno e Grande Expedientes.

Passamos ao Horário das Lideranças: PL, PT, PPB, PSDB, Liderança do Governo.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Havia me inscrito no horário do PMDB, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Sexta-feira, participamos de uma reunião importante, significativa. Estiveram lá, naquela reunião, em Capitão Leônidas Marques, sete Parlamentares.

res: Deputados Edgar Bueno, Sérgio Spada, Ademar Traiano, Caíto Quintana; e os Deputados federais Hermes Parciannello e Dirceu Sperafico, além da nossa participação.

Uma reunião promovida pela AVILS, pela Prefeitura e pela Câmara de Capitão Leônidas Marques, para tratar de um assunto que tanta inquietação tem trazido aos agricultores do Paraná e do Brasil.

O assunto versava, meu prezado líder, Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência que é um Deputado extremamente ligado às questões da agricultura, sobre securitização.

Na verdade, hoje, quando se passou o ano da assinatura dos contratos da securitização, os agricultores do Brasil perceberam que criaram para si um enorme obstáculo, um grande problema, um grande pesadelo.

Ao se aproximar o pagamento da primeira parcela da securitização, os agricultores perceberam e estão percebendo que condições, não terão para o pagamento, a quitação dos seus débitos.

Os Bancos foram ávidos, competentes, inteligentes para interpretar a lei da maneira que mais lhe conviesse. E, o agricultor teve, ao tomar conhecimento do saldo da sua dívida, agora, que terá de pagar, dia 30 de outubro, na verdade, um grande pesadelo sobre si.

Por isso que os agricultores de Capitão Leônidas Marques e de outros municípios vizinhos chamaram os Parlamentares, os Deputados estaduais e os Deputados federais, buscando que se faça um debate sério, a fim de encontrar caminhos e soluções que possam ajudá-los a continuar sobrevivendo dignamente na lavoura.

Foram colocadas algumas propostas lá naquela reunião, algumas propostas que assumimos o compromisso, nós Deputados estaduais, e os Deputados federais, de levar à frente, buscando sensibilizar, Deputado Augustinho Zucchi, o Governo Federal.

Seria importante que a Comissão de Agricultura, aqui na Assembléia, propiciasse reuniões, para que debatêssemos este assunto, e levássemos ao Banco do Estado do Paraná a discussão em relação ao pagamento da securitização.

Os pontos básicos colocados foram os seguintes: primeiro, a imediata, rápida, renegociação do saldo devedor. É preciso fazer o recálculo do saldo devedor, uma vez que os saldos apre-

sentados são perversos e cruéis, porque, no ato do cálculo, o Banco converteu o total do produto devido pelo valor médio de mercado dos últimos 15 dias, com preço no pico, naquela época, em torno de R\$ 8,40. E reconvertendo-o em produto ao preço mínimo do Governo Federal, agora, em R\$ 6,00 o saco. Esta operação elevou a dívida em produto, numa variante entre 35 a 56%, inviabilizando totalmente o pagamento por parte dos produtores.

Então, é preciso que nós, Deputados, façamos o nosso trabalho, no sentido de convencer que é necessário que o Governo estadual, que o Governo federal, determine ao Banco do Estado do Paraná, ao Banco do Brasil, que seja feito o recálculo da dívida do saldo devedor garantido pela Lei 9138, de 29.11.95, que permitiu a securitização e que os Bancos insistem em não cumprir.

Lá em Capitão, foi elaborada uma carta, que tenho aqui nas minhas mãos, onde se coloca com clareza, que há a necessidade de se fazer o recálculo da dívida, para que fique realmente no cálculo real, a fim de que o agricultor possa pagar.

O segundo ponto da carta de Capitão Leônidas Marques, propõe a prorrogação do primeiro pagamento para outubro de 98, uma vez que com a estiagem da safrinha, com a estiagem da entressafra, na verdade, o agricultor, neste instante, não tem condição de fazer o pagamento da prestação que vencerá agora no dia 30 de outubro.

São duas propostas perfeitamente viáveis, possíveis. Falta que o Governo federal tome a decisão que se encontra na mão do Ministro Arlindo Porto, uma vez que a bancada à frente da agricultura, no Congresso Nacional, tem tratado deste assunto, buscando convencer o Governo federal de que é importante fazer o recálculo da dívida, como também prorrogar o pagamento da primeira parcela para outubro de 98.

Concedo o aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano - Deputado Nereu Moura, o assunto que Vossa Excelência traz à tona é da maior relevância para a agricultura do Paraná e do Brasil.

Na noite de sexta-feira estivemos lá, também, na companhia de outros Deputados que representam a região Oeste e Sudoeste do Paraná, Deputados federais, um movimento sadio, um movimento

justo, com mais de 500 agricultores, procurando encontrar guarida, aquilo que realmente é o direito que o agricultor tem com relação a esta renegociação ou securitização das dívidas.

Digo a Vossa Excelência que encaminhamos, no dia de hoje, um requerimento à Casa, para que a Assembléia Legislativa do Estado, encaminhe ao Presidente do Banco do Estado e ao Chefe da Casa Civil, moção nesse sentido, que pelo menos a nível do Banco do Estado do Paraná, possamos, de imediato, tomar as providências e determinar as agências do Banco do Estado, em todas as regiões do Estado, esta possível revisão contratual dos financiamentos que foram firmados, principalmente com relação ao "Panela Cheia".

Acho, portanto, que seu pronunciamento é de um valor extraordinário, nesta tarde. Me somo a ele, e com certeza vamos procurar encontrar uma solução que possa dar, neste momento, uma condição de minorizar o sofrimento de nossos pequenos agricultores, principalmente da região Sudoeste do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA - O que ficou, Deputado Traiano, pelo menos nos parece, é que o Banco do Brasil, na verdade, foi o grande vilão nesta história da securitização, porque o Banco do Brasil, conseguiu cerca de 6 bilhões de reais dos seus ativos com securitização, se forem somados os saldos da renegociação e principalmente execução de dívidas deve ultrapassar os 10 milhões de reais a arrecadação do Banco do Brasil, com a securitização, mesmo que os bens recebidos dos produtores como doação e pagamento, tenham sido avaliados de forma muito baixa.

Por isso, que na nossa avaliação, o grande ganhador na securitização, na verdade, até agora não foram os agricultores, mas sim o Banco do Brasil, que no ano de 95 teve um déficit, e já em 96 apresentou um superávit, em função, é lógico, do grande resultado positivo apresentado, em função da securitização.

Concedo um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Nereu Moura, apenas agradeço o seu aparte, e gostaria de pedir a Vossa Excelência, que juntos, já que Vossa Excelência é presidente da Comissão de

Agricultura, para que possamos encaminhar esse documento às autoridades, tanto a nível de Estado, como a nível nacional.

A última vez que estivemos com o Ministro Arlindo Porto, juntamente com o Deputado Orlando Pessuti e lideranças do Estado, já tratamos, mesmo que de forma incipiente, este assunto da securitização. A securitização, já falamos isso várias vezes, resolveu o problema do Banco e prorrogou a insolvência do agricultor, porque se não fosse agora a safra de soja, com o preço que deu, com o preço que alcançou esse produto, a coisa seria ainda pior.

Acho que, ou as instituições bancárias, financeiras deste País, através do Banco Central, do Ministério da Agricultura, do Ministério da Economia, fazem uma revisão dos cálculos efetuados para fim da securitização, ou então, dificilmente vamos resolver o problema do agricultor.

O do Banco foi resolvido, num momento, aliás, em que o Banco do Brasil, especialmente como Vossa Excelência colocou, precisava muito da renegociação dessas dívidas, pelo menos de forma contábil. E não teve absolutamente nenhum prejuízo. Quem teve prejuízo foram os agricultores, que assinaram a securitização num momento de desespero, e que agora, evidentemente, vêm, nesse momento, em que começa a se pensar em pagar a dívida, vem essa preocupação.

Disponho-me, como Presidente da Comissão de Agricultura, isso é uma obrigação nossa, juntamente com Vossa Excelência, e demais Deputados que participarem da reunião, de discutir esse assunto, e encaminhar, da melhor maneira possível, para que possamos ajudar os nossos agricultores a encontrar uma saída sobre esse assunto.

Obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concede, e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA - Obrigado, Deputado Augustinho Zucchi.

Finalizo, Senhor Presidente, dizendo que a Assembléia Legislativa do Paraná não pode fazer-se muda, surda, diante do apelo do povo do nosso Estado.

Temos que dar a nossa resposta enérgica, rápida, forte e decisiva, na defesa dos interesses do nosso povo, que sofre muito. Não são palavras demagógicas, é uma constatação. É preciso a reação pronta e imediata do Par-

lamento do povo do Paraná, a fim de que possamos minimizar a grave situação que vive a nossa agricultura.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana, que também participou daquela reunião em Capitão Leônidas Marques.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Nereu, na colocação do Deputado Zucchi, queria dizer o seguinte: realmente, a securitização foi algo importante para a lavoura. O que não foi importante foi a forma de calcular a securitização. E por isso, principalmente na questão dos financiamentos no Banco do Estado do Paraná, advindos do Programa "Panela Cheia", de equivalência do produto, precisamos agir, sim, Deputado Nereu Moura, porque na hora da securitização, fugiu-se das regras preestabelecidas da equivalência-produto, para se cair no mercado financeiro. E aí, o agricultor, desinformado, como sempre acontece, muitas vezes pressionado ou enganado, na hora de assinar, na tentativa de se safar da dívida, acabou renunciando de um direito que lhe facultava pagar com produto agrícola, e passou a assumir um compromisso bem maior do que tinha.

Então, mais do que nunca, é necessário, principalmente, nós que estivemos vendo o sofrimento dos agricultores do Oeste e Sudoeste do Paraná, mas que não é diferente do sofrimento dos agricultores do Paraná inteiro e do Brasil.

É preciso rever esse recálculo da dívida na hora de securitização, para evitarmos que mais uma vez os bancos sejam beneficiados e o agricultor seja penalizado.

Meus parabéns, Deputado Nereu Moura!

O SR. NEREU MOURA - Deputado Caíto Quintana, na nossa avaliação, os Bancos meteram a mão no bolso do agricultor, porque o espírito de panela cheia, que dava equivalência ao produto, na verdade foi tirado do agricultor e foi convertido em dinheiro, em reais, foi para o sistema financeiro e aí exatamente o agricultor perdeu o controle da sua dívida. Quando ele devia mil sacas de milho, era mil sacas de milho, ele pagava cem sacas de milho por ano. Hoje, ele deve em dinheiro, o que lhe está custando caro, o que está lhe custando, inclusive, a sua inviabilidade na agricultura.

Inclusive, percebo aqui a presença do Deputado federal José Borba, Co-

ordenador da Bancada Federal do Paraná. Queria fazer uma pelo ao ilustre Parlamentar, que assuma essa bandeira com os nossos outros Parlamentares, na defesa da agricultura do Paraná, a fim de que o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, determine o recálculo das dívidas da securitização, para que o agricultor possa pagar as dívidas e continuar vivendo no campo, porque do jeito que está, muita gente vai embora da roça, porque não tem mais condições de nela sobreviver. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que a Mesa Executiva anuncia em nosso meio, a presença do ilustre Deputado Federal José Rodrigues Borba, que é o nosso Coordenador da Bancada no Congresso, representando na Câmara Federal os interesses do Paraná. Esteja em casa, no convívio com os seus amigos e com toda a funcionabilidade desta Casa.

Encerrado o Horário das Lideranças, anunciando ainda que a nossa palavra, em relação ao Atlético Paranaense, como falamos com o ilustre Deputado Nerone, estaremos esperando a reunião do Conselho do Atlético, e o ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli, que também têm o interesse em defender o esporte do Paraná, em termos de Atlético Paranaense, em respeito à nossa população, por aquilo que o ilustre Deputado Élio Rusch descreveu, para São Paulo um tratamento, e para o Paraná o tratamento diferenciado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Mensagem nº 002/97, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se afastar do País, no período entre os dias 08 e 11 do corrente mês, com destino ao Chile, a fim de, atendendo convite oficial, participar, em Santiago, do Seminário Internacional "Ciudades en el Desarrollo Nacional: Desafios de un buen Gobierno". À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de decreto legislativo, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 013/97, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Kosmos - AMAJAKO, com sede e foro no Município de Curitiba - PR. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.97).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 019/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Moradores da Vila Araguaia, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 03, de 18.02.97).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 022/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Educandário Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro no Município de

Francisco Alves. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 04, de 19.02.97).

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/97, que aprova um ajuste orçamentário no valor de R\$ 9.032.564,00 (nove milhões, trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Espírita Universitário, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 04, de 19.02.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 21/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Núcleo Espírita Universitário de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/97, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Ensino de 1º grau regular e 2º grau supletivo, na Cidade de Ubatuba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 08, de 24.02.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 035/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Tureck, tem

por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Ensino de 1º grau regular e 2º grau supletivo, da Cidade de Ubiratã.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Figueira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 49, de 14.04.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 155/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Figueira - Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Itaúna do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 59, de 28.04.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 179/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Walmor Trentini, tem

por objetivo declarar de Utilidade Pública a APAE de Itaúna do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, que dá normas para a declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/97, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Municípios da Região Centro Oeste do Paraná - AMCOPAR, com sede e foro no Município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 62, de 05.05.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 185/97

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Municípios da Região Centro Oeste do Paraná - AMCOPAR, com sede e foro no Município de Guarapuava - Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1325, 1327 e 1328, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constantes do expedientes. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1299 e 1300, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1301, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1297, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1307, de autoria do Sr. Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. IRINEU COLOMBO - Gostaria de ouvir o conteúdo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Requer votos de aplausos e congratulações ao Dr. D. O. Ferreira dos Santos. O próprio 1º Secretário fará a leitura de quem é o cidadão.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Albanor Gomes) -
"O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais..."
(Continua lendo o requerimento)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Satisfeito, Senhor Deputado?

O SR. IRINEU COLOMBO - Como tenho outras informações, que o Deputado Seleme deve conhecê-lo mais, o meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Perfeitamente registrado, inclusive, o voto do ilustre Deputado Dr. Florisvaldo Fier.

Requerimentos nºs 1318 e 1327, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Adia-se a discussão, para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1315, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1305, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1306, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1309 e 1311 a 1313, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1317, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1319, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1320, e autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1321, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1323, de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1324, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1314, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declarar encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 038, 088 e 089/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 212/96, 021, 035, 155, 179 e 185/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 183, 203, 204 e 205/97.

Levanta-se a sessão.